

ENSINO MÉDIO INTEGRAL NO RN: DESAFIOS DE PERMANÊNCIA

Francisca Érica da Silva Maia,

Lazaro Luis de Sousa Lima,

Wilma Regina Alves de Sousa

O Ensino Médio constitui uma etapa desafiadora da educação no Brasil, especialmente no que se refere ao acesso, à permanência e à conclusão da escolarização básica. Entre os principais problemas estão o abandono escolar, a distorção idade-série e as desigualdades socioeconômicas dos estudantes. Nesse contexto, a ampliação da jornada escolar e a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) têm sido apresentadas como estratégias para fortalecer a formação dos jovens e ampliar sua permanência na escola.

A expansão do tempo integral ganhou centralidade nas políticas educacionais brasileiras na última década. O Plano Nacional de Educação estabeleceu a ampliação da educação em tempo integral e, posteriormente, a Lei nº 13.415/2017 instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

No Rio Grande do Norte (RN), a discussão sobre permanência no Ensino Médio assume especial relevância diante da trajetória histórica dos indicadores educacionais do estado. O diagnóstico que subsidiou o Plano Estadual de Educação registrou, em 2011, abandono de 23,1% na rede estadual. Embora esses indicadores tenham apresentado mudanças nos anos seguintes, evidenciam a dimensão histórica do problema da permanência escolar entre os jovens potiguares.

Paralelamente, ocorreu a expansão do Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual. Oliveira Júnior e Gomes (2026), ao analisarem a implementação do EMTI no RN entre 2017 e 2023, identificaram crescimento dessa política, mas também desigualdades relacionadas às condições socioeconômicas dos estudantes, à localização das escolas e à infraestrutura. Esses resultados indicam que a expansão quantitativa das



matrículas não elimina desigualdades educacionais e reforçam a necessidade de analisar não apenas a oferta, mas também as condições de acesso e permanência dos estudantes.

No âmbito nacional, Travitzki (2024), utilizando dados do Censo Escolar de 2022 e indicadores do Inep, analisou fatores associados ao abandono em escolas estaduais. Os resultados mostraram que o nível socioeconômico foi o fator mais associado à redução do abandono, seguido pela proporção de estudantes matriculados em tempo integral. Em outras palavras, a condição social do estudante pode estar relacionada à diminuição do abandono, embora o autor não explicite diretamente essa relação. Diante desse contexto, torna-se relevante investigar a relação entre a expansão do EMTI e os indicadores de abandono escolar no RN, considerando que a permanência dos jovens é atravessada por fatores econômicos, sociais, territoriais e institucionais.

O problema de pesquisa concentra-se na análise do EMTI e dos indicadores de abandono e permanência escolar na rede estadual do RN. O objetivo é examinar a relação entre a expansão do EMTI e os índices de abandono, além de discutir os desafios do acesso, permanência e conclusão dos estudantes nesse ciclo final da educação básica, levando em consideração fatores socioeconômicos, territoriais e institucionais. O estudo caracteriza-se como pesquisa documental, de natureza descritiva e exploratória. A principal fonte de dados será o Censo Escolar da Educação Básica, produzido pelo Inep, considerando informações da rede estadual do RN.

Os dados disponíveis indicam que a relação entre educação integral e permanência escolar merece ser analisada para além da expansão quantitativa da oferta. Travitzki (2024) identificou, em âmbito nacional, associação negativa entre a proporção de estudantes em tempo integral e o abandono escolar, mesmo considerando outras características das escolas. Esse resultado constitui evidência relevante para investigar se tendência semelhante pode ser observada no contexto potiguar.

Entretanto, o caso do RN apresenta particularidades. Oliveira Júnior e Gomes (2026) verificaram que a implementação do EMTI entre 2017 e 2023 foi acompanhada

por desigualdades relacionadas ao território, às condições socioeconômicas dos estudantes e à infraestrutura das escolas. Nesse sentido, a discussão sobre permanência precisa incorporar uma questão anterior: quais estudantes conseguem acessar e permanecer nas escolas de tempo integral? Que condições sociais permitem concluir o EMTI?

Essa questão é relevante porque estudantes do Ensino Médio frequentemente conciliam escolarização com trabalho, responsabilidades familiares, deslocamentos e outras demandas sociais. Assim, embora a ampliação da jornada possa favorecer maior vínculo com a escola e ampliar oportunidades educacionais, também pode representar dificuldades de permanência para determinados grupos quando não acompanhada de políticas adequadas de assistência e inclusão.

A análise da política de educação em tempo integral no RN realizada por Holanda (2026) também chama atenção para condicionantes históricos, normativos, institucionais e materiais envolvidos na implementação dessa política. Dessa perspectiva, avaliar o EMTI requer observar não apenas o número de escolas ou matrículas, mas as condições concretas em que a política é implementada.

A análise preliminar dos dados abre caminhos para novas reflexões: quais fatores socioeconômicos, institucionais e pedagógicos ainda estão associados ao abandono escolar nessa modalidade? Qual o perfil do aluno que consegue permanecer e concluir o EMTI?

A expansão do Ensino Médio em Tempo Integral representa uma mudança importante na organização da oferta educacional da rede estadual do RN. Entretanto, sua relação com o enfrentamento do abandono escolar demanda investigação empírica específica. A literatura consultada oferece evidências de associação entre tempo integral e menor abandono no cenário nacional, ao mesmo tempo que pesquisas recentes sobre o estado evidenciam desigualdades na implementação dessa política. Não basta verificar se o tempo integral reduz o abandono entre os matriculados; é necessário investigar também



quem consegue ingressar e permanecer nesse modelo. A análise conjunta dessas dimensões desloca a discussão da simples expansão da jornada escolar para uma questão mais abrangente: em que condições o EMTI pode constituir uma política efetiva de acesso, permanência e conclusão da Educação Básica para diferentes grupos de jovens?

Espera-se, portanto, que a análise dos indicadores educacionais da rede estadual contribua para compreender os avanços e limites da política de tempo integral no contexto potiguar e forneça elementos para o planejamento de estratégias voltadas à permanência escolar e à redução das desigualdades educacionais.

Palavras-chave: Ensino Médio; Educação em Tempo Integral; Desafios; Permanência Escolar; Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Eriwelton Antonio de**. Interface do Plano Nacional com o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte: análise das políticas para a educação em tempo integral no Ensino Médio**. 2026. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2026. Defesa realizada em 26 fev. 2026. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_br&id=363 Acesso em 16/09/2026

OLIVEIRA JÚNIOR, Elinaldo Bernardo de; GOMES, Sandra Cristina**.** Quando a implementação reforça desigualdades: um estudo sobre o Ensino Médio em Tempo Integral no Rio Grande do Norte. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS (ENEPCP), 6.**, 2025, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2025. DOI: 10.29327/25955187.1192455. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/1e810b1d-5420-4d45-b97a-744863893540 .Acesso em 16/09/2026

TRAVITZKI, Rodrigo. Universalização do ensino médio e abandono escolar: o que dizem os dados de 2022. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, e10907, 2024. DOI: 10.18222/eae.v35.10907. Disponível em : https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10907 . Acesso em 16/09/2026

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, DF: Inep, [2026]. Disponível em: Censo Escolar — Inep. Acesso em: 16 set. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Taxas de rendimento escolar**. Brasília, DF: Inep, [2026]. Disponível em: Taxas de Rendimento Escolar — Inep. Acesso em: 16 set. 2026.

RIO GRANDE DO NORTE**. Lei nº 10.049, de 27 de janeiro de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025) e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*, Natal, 27 jan. 2016.



RIO GRANDE DO NORTE. Fórum Estadual de Educação. **Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte 2015-2025: documento preliminar**. Natal, RN, abr. 2015. Disponível em: Documento-base do PEE-RN — MEC. Acesso em: 16 set. 2026.